

da assistente técnica Susete Maria Machado Calvo, passando a ocupar um posto de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico no mapa de pessoal do Turismo de Portugal, I. P. — Escola de Hotelaria e Turismo Douro-Lamego, mantendo a mesma posição remuneratória e nível remuneratório da situação jurídico-funcional de origem.

26 de março de 2015. — A Diretora Coordenadora da Direção de Recursos Humanos, *Elsa Cristina Pinto Barbosa Gomes da Cruz Deus Vieira*, por delegação de competências.

208541567

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Direção-Geral de Energia e Geologia

Aviso n.º 4201/2015

Faz-se público, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/90 de 16 de março, que por despacho de 9 de fevereiro de 2015, do Secretário de Estado da Energia, foi declarado extinto, por rescisão por iniciativa do titular dos direitos, o contrato de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de platina, paládio, ródio, ruténio, irídio, ósmio, rênio, ouro, prata, níquel, cobalto, cobre e crómio, a que corresponde o número MN/PP/016/11 de cadastro e a denominação de PINGARELA, sito nos concelhos de Bragança e Vinhais, distrito de Bragança, celebrado em 5 de dezembro de 2011 com a EDM — Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A. O presente aviso está também disponível na página eletrónica desta Direção-Geral.

11 de março de 2015. — O Diretor-Geral, *Carlos Almeida*.
308503001

Contrato (extrato) n.º 292/2015

Nos termos do n.º 7 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, publica-se o extrato de adenda assinada em 27 de março de 2012, referente ao contrato de concessão de exploração de depósito mineral de quartzo e feldspato a que corresponde o n.º C-92 e a denominação de Quinta do Quelhas, celebrado em 8 de outubro de 1999, entre o Estado Português e a ENU — Empresa Nacional de Urânio, S. A., cuja posição contratual foi cedida por escritura lavrada em 5 de setembro de 2002 à Felmica Mineraias Industriais, S. A. e cujo extrato tinha sido publicado inicialmente no *Diário da República* n.º 293, 3.ª série, de 18 de dezembro de 1999.

As principais alterações ao contrato de concessão de exploração definidas nesta nova adenda dizem respeito a:

Concessionário: FELMICA — Mineraias Industriais, S. A.

Área concedida: 49 ha, 99 ares e 46 centiares, delimitada pela poligonal cujos vértices, em coordenadas retangulares planas, no sistema Hayford-Gauss, DATUM 73, (Melriça) são os seguintes:

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1	71830,0	84700,0
2	71950,0	84650,0
3	72278,7	84621,8
4	72278,7	84561,8
5	72770,0	84430,0
6	72603,8	83949,6
7	71920,0	84130,0
8	71690,0	84200,0

Prazo de concessão:

Prazo inicial de 30 anos, contados da data da assinatura deste contrato. Este período será prorrogado, por despacho ministerial, por prazo não superior a 10 anos, desde que seja requerida e não se verifique falta de cumprimento das obrigações legais e contratuais.

Caução: componente fixa de 30.000 € e uma componente variável.

A componente variável da caução é revista trienalmente com a aprovação dos programas de trabalhos.

Encargos de exploração: Pagar à Direção Geral de Energia e Geologia um encargo anual no montante de 1.000 €, independentemente da exploração, a que acresce uma percentagem de 3 % sobre o valor à boca da mina dos produtos mineiros ou concentrados expedidos ou

utilizados, sujeitos a revisão, por mútuo acordo, decorridos 5 anos e no fim de cada período de 5 anos.

No caso da concessão ser declarada na situação de suspensão ilícita, o valor do encargo anual é sempre de 5.000 €, sem prejuízo do seguimento do procedimento de rescisão do contrato de concessão por parte do Estado.

3 de abril de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro Henriques Gomes Cabral*.

307753486

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

Aviso (extrato) n.º 4202/2015

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por motivo de aplicação da pena de demissão, cessou a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado com a trabalhadora Deolinda Maria Martins Pinto Cabral, com efeitos a 20 de dezembro de 2014.

12 de fevereiro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Vitor Manuel Roque Martins dos Reis*.

208544807

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Aviso (extrato) n.º 4203/2015

Manutenção de Reconhecimento de Organismo de Controlo e Certificação

1 — De acordo com o disposto no Despacho Normativo n.º 47/97, de 30 de junho, e verificadas a conformidade com o disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do anexo IV, do citado Despacho Normativo, bem como a satisfação dos critérios gerais para organismos de certificação de produtos estipulados na norma portuguesa NP EN ISO/IEC 17065: 2014, e sem prejuízo da continuação do cumprimento das obrigações impostas pelos n.ºs 7 e 8 do mesmo anexo, do mesmo diploma, relativas ao acompanhamento da atividade desenvolvida pelos Organismos de Controlo e Certificação com responsabilidades no controlo e certificação de produtos agrícolas e géneros alimentícios obtidos de acordo com a prática da produção integrada, e da reavaliação anual dos procedimentos referidos no n.º 3 do citado diploma, que estiveram na base da concessão do reconhecimento, é concedida por despacho da Senhora Subdiretora-Geral, Eng.ª Filipa Osório, de 16 de março de 2015, a manutenção de reconhecimento como Organismo de Controlo e Certificação à CERTIS — Controlo e Certificação, L.ª, por um período de três anos, renovável, nas condições acima descritas, para produtos obtidos de acordo com a prática da produção integrada.

2 — O presente aviso produz efeitos a partir da data de despacho.

30 de março de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro Teixeira*.

208543721

Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

Despacho n.º 3887/2015

Os pedidos de inscrição de algumas variedades de espécies agrícolas e hortícolas no Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Agrícolas e de Espécies Hortícolas (CNV) foram deferidos pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), em cumprimento do estabelecido no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 154/2004, de 30 de junho.

Foi igualmente solicitada, de acordo com o previsto na alínea *f*) do n.º 1 do artigo 11.º do referido decreto-lei, a alteração do responsável pela seleção de manutenção de variedades de espécies hortícolas.

A DGAV deferiu ainda o pedido de exclusão de variedades de milho e tomate que estavam inscritas no CNV.

Assim, de acordo com o disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 154/2004, de 30 de junho, determino a publicação das seguintes alterações ao Catálogo Nacional de Variedades.

A — Espécies agrícolas**Inscrições**

São inscritas no Catálogo Nacional de Variedades as seguintes variedades:

Espécie	Variedade	Responsável pela manutenção/País	Ano de inscrição
Milho	«Oxygen Duo»	R2n/França	2015
	«RGT Chromixx»	R2n/França	2015
	«Pagani CS»	Caussade/França	2015
	«Plaisance»	R2n/França	2015
	«RGT Noaxx»	R2n/França	2015

Exclusões

São excluídas do Catálogo Nacional de Variedades as seguintes variedades:

Espécie	Variedade
Milho	«DKC3356», «DKC5341», «DKC5146».

B — Espécies hortícolas**Inscrições**

São inscritas no Catálogo Nacional de Variedades as seguintes variedades:

Espécie	Variedade	Responsável pela manutenção/País	Ano de inscrição
Abóbora-almiscarada	«SV YB7172»	Monsanto Vegetable IP Management B.V./ Holanda.	2015

Alteração do responsável pela seleção de manutenção

Espécie	Variedade	Novo Responsável pela seleção de manutenção/País
Tomate	«Jackpotty»	Fenix S.r.l./Itália
Pepino	«Export»	
Melancia	«Saint Tropez»	
Aboborinha	«Fiorella»	

Exclusões

São excluídas do Catálogo Nacional de Variedades as seguintes variedades:

Espécie	Variedade
Tomate	«CXD206», «CXD219», «CXD223», e «Tejo».

6 de março de 2015. — O Diretor Geral, *Álvaro Pegado Mendonça*.
208540116**Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.****Aviso n.º 4204/2015**Nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público a lista de trabalhadores deste Instituto, cuja relação jurídica de emprego público cessou por motivo de aposentação no período compreendido entre 1 de janeiro de 2013 e dezembro de 2013.30/12/2014. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Rosa*.**ANEXO**

Nome	Carreira	Categoria	Posição remuneratória	Nível remuneratório	Data efeito
Adelino dos Santos Gaspar	Assistente Operacional	Assistente Operacional. . .	Entre 8.ª e 9.ª	Entre 8 e 9	01-11-2013
Adelino Soares Lopes	Assistente Operacional	Assistente Operacional. . .	Entre 4.ª e 5.ª	Entre 4 e 5	01-03-2013
Anabela Alves Ferreira de Lima Teixeira	Técnico Superior	Técnico Superior	Entre 12.ª e 13.ª	Entre 51 e 54	01-06-2013
António Afonso Aires Grilo	Técnico Superior	Técnico Superior	Entre 4.ª e 5.ª	Entre 23 e 27	01-01-2013
António Carvalho Antunes	Assistente Operacional	Assistente Operacional. . .	Entre 6.ª e 7.ª	Entre 6 e 7	01-06-2013
António Fernandes Gonçalves	Assistente Operacional	Assistente Operacional. . .	Entre 7.ª e 8.ª	Entre 7 e 8	01-04-2013
António João Branco Banheiro	Técnico Superior	Técnico Superior	Entre 3.ª e 4.ª	Entre 19 e 23	01-04-2013
António João Pena Severo	Vigilante da Natureza	Vigilante da Natureza 1.ª Classe.	3	285	01-12-2013
António Santos Dias	Assistente Operacional	Assistente Operacional. . .	Entre 7.ª e 8.ª	Entre 7 e 8	01-01-2013